

MORFOLOGIA URBANA E DISTRIBUIÇÃO DE GRUPOS SOCIAIS: RIVALIDADES E DIVISÕES ESPACIAIS EM SÃO JOÃO NEPOMUCENO / MG

URBAN MORPHOLOGY AND DISTRIBUTION OF SOCIAL GROUPS: RIVALRIES AND SPATIAL DIVISIONS IN SÃO JOÃO NEPOMUCENO / MG

Mauricio VELASCO¹, Raquel GONÇALVES²

Artigo recebido em 19/03/2021, aceito em 04/12/2021, publicado em 15/12/2021.

Palavras-chave:
Morfologia urbana;
Segregação; São
João Nepomuceno

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de desvendar as formas de distribuição dos grupos sociais na cidade de São João Nepomuceno, no estado de Minas Gerais, tendo como fio condutor um estudo antropológico já realizado sobre a cidade, e que expõe, entre outros elementos, a tradição, presente nesta comunidade, de constituir agremiações rivais inseridas em diversos aspectos da vida social, como o carnaval e o futebol. O presente trabalho visa complementar esse estudo já existente, desta vez com foco na espacialidade. O que se propõe aqui é que, para além de aspectos sociais já conhecidos e explorados, outros elementos, como renda, raça e religião, testemunhados sobretudo a partir de seu espaço urbano, sejam apresentados como ferramenta de entendimento das dinâmicas sociais desta sociedade.

Keywords:
Urban morphology;
Segregation; São
João Nepomuceno

ABSTRACT

This article has the aim to reveal the ways of distribution of social groups in São João Nepomuceno, a city of Minas Gerais state, and it has as its basis an anthropological study already made about this city, and that expose, among other elements, the tradition of creating rival associations into several aspects of its social life, such as the carnival and the soccer. This work intends to complete this existing study, but with a new focus in spatiality. What is proposed here is that, in addition to the already known and explored social aspects, other elements, such as income, ethnicity and religion, witnessed mostly from its urban space, can also be presented as understanding tools of this society and its social dynamics.

¹ Mestre em Urbanismo pelo Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU/UFMG (2020). Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2013). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0891-4416>.

² Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ (2005). Professora do Departamento de Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenadora do Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0166-811X>.

1. INTRODUÇÃO

O tema central abordado por esta pesquisa está relacionado às formas de segregação em cidades de pequeno porte³. Aponta-se para a problemática acerca da possibilidade dos organismos urbanos de pequeno porte manifestarem assimetrias na distribuição dos grupos sociais no espaço urbano, bem como dificuldades de acesso por determinados grupos, de forma similar ao que ocorre em metrópoles e grandes cidades.

O objetivo é desvendar as formas de distribuição dos grupos sociais na cidade de São João Nepomuceno, no estado de Minas Gerais, tendo como fio condutor um estudo antropológico já realizado sobre a cidade, e que expõe, entre outros elementos, a tradição, presente nesta comunidade, de constituir agremiações rivais inseridas em diversos aspectos da vida social, como o carnaval e o futebol. Deste modo, o presente trabalho busca complementar esse estudo já existente, desta vez com foco na espacialidade.

A pesquisa está dividida em quatro partes. A primeira apresenta o histórico breve da cidade de São João Nepomuceno. A segunda faz a exposição de teorias de segregação pertinentes à aplicação neste estudo. Em seguida se insere a questão da vida social são-joanense e suas rivalidades, já apresentada por Márcio Caniello (1998). A quarta parte propõe os outros elementos como complemento ao que foi apresentado na parte anterior. Tais elementos são as divisões entre classes sociais, grupos étnicos e afiliação religiosa, analisados sob a ótica espacial urbana e das teorias de segregação expostas na segunda parte.

2. MÉTODO

O método de abordagem utilizado foi o dedutivo, partindo de teorias e referências de estudo já consolidadas para analisar os fenômenos particulares do contexto em questão. Foram empregados, concomitantemente, os métodos: histórico, comparativo e de estudo de caso, ao verificar a presença, no município escolhido para a pesquisa, dos fenômenos já comprovados e característicos das cidades de maior porte.

Em relação às técnicas de pesquisa, foram utilizadas as técnicas de coleta de dados indireta, pesquisa documental e bibliográfica e também técnica direta de coleta de dados (Lakatos; Marconi, 1995), a partir da observação de fenômenos e do cotidiano urbano em pontos da cidade, bem como, a análise de mapas e fotos aéreas, que auxiliam significativamente no entendimento do perfil das dinâmicas urbanas ao longo do tempo

³ Este trabalho é parte de uma dissertação de mestrado defendida em 2020 e desenvolvida no núcleo de pós-graduação em arquitetura e urbanismo da UFMG (NPGAU).

(diferenciar a cidade formal e a informal, identificar as direções de crescimento da área urbana, impactos, vetores de expansão, e outros).

3. HISTÓRICO E BASE TEÓRICA

3.1 Histórico de São João Nepomuceno

São João Nepomuceno, município localizado na Zona da Mata mineira, testemunha a ocupação pioneira de seu território, bem como, sua primeira emancipação política no início do século XIX. Durante esse século, sua economia se baseava na produção cafeeira por meio das relações de trabalho entre senhor e escravo. Além do distrito-sede em questão, surgiram na região outros arraiais de menor tamanho, como suportes para outras atividades rurais ligadas não só ao café mais à produção de alimentos. Essas vilas se tornaram distritos vinculados à órbita política e administrativa do município de São João Nepomuceno.

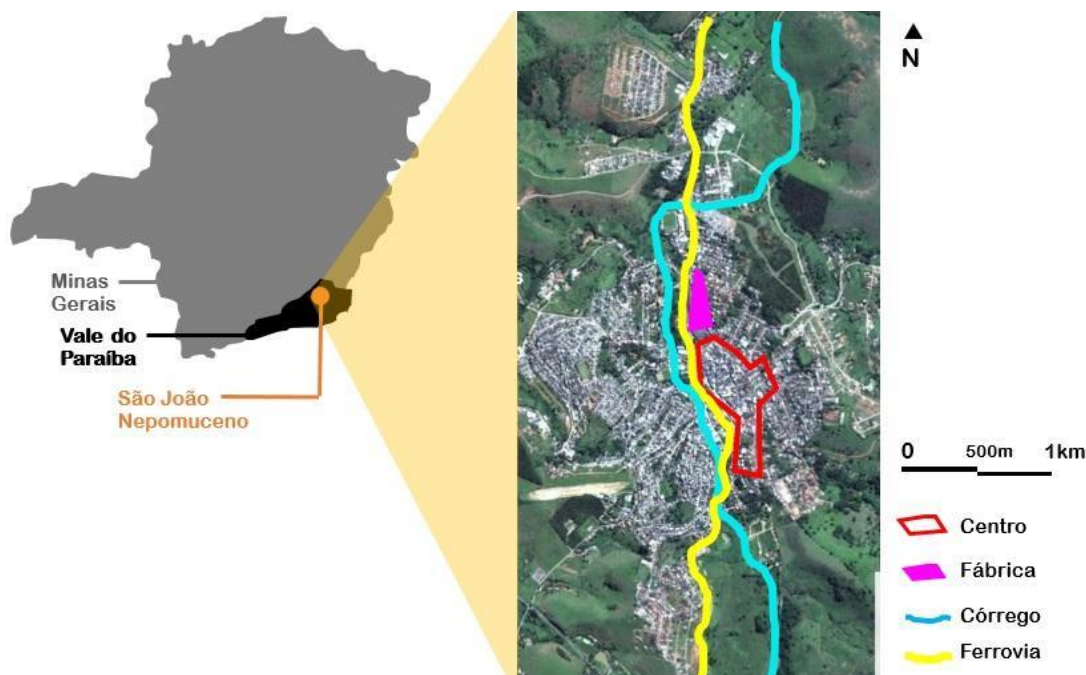


Figura 1 - Localização de São João Nepomuceno no estado de Minas Gerais e fotografia aérea
Fonte: Elaborados pelos autores, 2020.

Em seguida ao período imperial de base escravocrata e cafeeira, o território são-joanense passa por importantes metamorfoses sociais e econômicas a partir de 1880, com a abertura dos canais de integração desta região com a capital nacional por meio da estrada de ferro, possibilitando o fluxo de novos serviços e imigrantes. Esse panorama possibilita a diversificação de sua economia e composição social e, também, a consolidação efetiva das relações modernas de trabalho, entre patrões e empregados assalariados.

Esses incrementos são impulsionados, em grande medida, pela instalação da indústria têxtil, com a fundação da Companhia Fiação e Tecelagem Sarmento (CFTS), também ao final do século XIX, o que molda, de forma permanente, o perfil da cidade durante boa parte do século XX até o declínio das atividades deste ramo, na década de 1980 (Pontes, 2019).

Este contexto de transição inaugura novas vocações econômicas na cidade, que se consolidam nestas últimas décadas do século passado. A maioria indiretamente ligada à antiga indústria, como a produção de vestuário, que se faz de forma descentralizada em diferentes empresas e, posteriormente, também em unidades domésticas de produção, por meio do sistema de facções, e outras como a indústria da construção e o mercado imobiliário, sem vínculo aparente com a tradição industrial têxtil consolidada ao longo do século XX (Pontes, 2019).

Durante sua formação econômica, a cidade sofreu modificações substanciais em seu tecido urbano e, como consequência, alterações na implantação dos grupos sociais neste espaço. Tais modificações foram certamente a ferramenta de pesquisa mais importante para este trabalho.

3.2 Teorias de segregação: áreas sociais, teoria marxista e gueto

Após a Segunda Guerra Mundial, a discussão sobre segregação urbana é enriquecida pelas contribuições de Shevky e Bell, que conseguiram, “ultrapassar a oposição ideológica entre a determinação do espaço pela natureza e sua modelagem pela cultura, para unir estes dois termos numa problemática que reconhece a especificidade do social humano” (Castells, 1983, p.189), com a propositura do que foi chamado de “áreas sociais”.

A área social é um modo de revelar a segregação no espaço urbano de forma a definir a maior homogeneidade no interior das partes. Essa homogeneidade vai ser encontrada pela união dos dados de três dimensões sociais: a primeira relacionada à profissão, instrução e renda (nível social), a segunda vinculada ao status familiar (urbanização) e uma terceira definida pela etnia (segregação). Cada dimensão é descrita na obra dos autores:

i – Posição social – A construção deste índice deriva da diferenciação de indivíduos e grupos sociais na sociedade moderna, diferenciação que pode ser descrita pelos indicadores de ocupação, educação e preço da habitação. A ocupação é considerada como o mais importante indicador.

ii – Urbanização – Este índice deriva da estrutura mutável da atividade produtiva, sendo composto pelos indicadores fecundidade, mulheres ativas e unidades residenciais unifamiliares, que se associam às mudanças do papel da mulher na sociedade moderna.

iii – Segregação – Este índice refere-se à tendência a concentração espacial de grupos étnicos diferentes, refletindo também o processo de complexificação da sociedade moderna, que inclui a migração. O indicador que descreve este índice é grupos raciais e nacionais (Shevky & Bell, 1974, p.380 apud Corrêa, 2016, p.14).

Duas décadas depois, muitos marxistas passaram a levar em conta a questão espacial, sobretudo após 1968. Dentre eles, Manuel Castells foi talvez o que mais contribuiu para o desapego definitivo em relação às ideias convencionais⁴. Para se chegar à abordagem da segregação em Castells, dentre outros elementos modeladores, é preciso explorar o econômico em especial. O elemento econômico é traduzido pela interação entre força de trabalho, meios de produção e não trabalho, e a expressão espacial desta interação é compreendida a partir de quatro elementos: produção, consumo, troca e gestão.

A produção é a expressão espacial dos meios de produção e o consumo, expressão espacial das forças de trabalho, é constituído de seu principal componente, a moradia, e a consequência mais evidente de sua manifestação no espaço é a segregação. Chama a atenção para a “compreensão da composição do espaço por meio de seu processo de produção, a nível das formas urbanas e da distribuição dos indivíduos entre elas” (Castells, 1983, p. 253). Destaca ainda que é, mais que a distribuição das residências e dos grupos sociais no espaço, “a expressão das relações que determinam a segregação e suas modalidades, em nível da reprodução da força de trabalho” (Castells, 1983, p. 262).

As ferramentas da teoria marxista possibilitam entender a cidade pela lógica das relações de trabalho típicas da indústria, cujo funcionamento se dá pela venda da força de trabalho dos operários, processo inerente a uma sociedade de classes sociais definida por fatores econômicos. Segundo tal lógica, esses fatores, compostos pelas forças produtivas e pelas relações sociais de produção, constituem a infraestrutura da sociedade e condicionam todos os seus demais aspectos (Quintaneiro, 1995).

A aplicação dessa base teórica no estudo da cidade leva a um panorama dos grupos sociais e suas localizações segundo a distribuição da riqueza. Contudo, outros fatores além do econômico se fazem importantes para enriquecer o entendimento da desigualdade e da segregação. A questão étnica é relevante em qualquer abordagem que se faça da história brasileira e, portanto, é um fator que deve ser levado em conta também para a escala local, em um estudo de caso no interior do país, no qual a escravidão negra foi ingrediente da vida social.

Por essa razão, é necessário considerar a cidade moderna como um mosaico de grupos sociais baseado em valores também culturais, não somente econômicos, numa perspectiva weberiana que dilui, de certa maneira, a forma marxista de ver o espaço, uma vez que adiciona, no estudo espacial, elementos que se originam em tipos de organização social anteriores ao capitalismo, tais como raça e religião (Gottdiener, 1985).

⁴ Gottdiener (1985) classifica como convencionais as reflexões acerca da questão urbana realizadas desde a Escola de Chicago, no fim do século XIX e as ideias behavioristas da década de 1950.

Um ponto importante para a análise da segregação está na diferença da estratificação social, no nível da sociedade e seu grau de incidência do espaço. Há, portanto, um nível de segregação relacional e outro geográfico. O primeiro “implica a ausência de interações entre distintos grupos sociais e o outro alude a uma distribuição desigual e distante dos grupos sociais no espaço físico” (Rodríguez Vignoli, 2001 apud Soldano, Novick, Cravino, Barsky, 2018, p.22). É importante chamar a atenção para a discussão a respeito das segregações relacional e geográficas feitas por Soldano (2018), uma vez que aborda a ideia do gueto e em que nível se dá a organização do espaço pela raça.

A verificação da preponderância ou não do elemento racial como definidor dos territórios nas cidades pode ser feita por meio da diferença traçada por Loic Wacquant (2008) entre a perspectiva racial do gueto americano e a marginalidade econômica dos conjuntos habitacionais franceses. Nesse sentido, o gueto é um “aparelho socioespacial de segmentação e de controle etnoracial”, “uma cidade negra dentro da cidade” (Wacquant, 2008, p.9 e 19), com instituições próprias e uma vida social que funciona praticamente em circuito fechado. A periferia francesa, embora possua também “uma concentração de populações etnicamente marcadas” (p.28) é caracterizada em maior grau por “populações amplamente desfavorecidas, mas que, em seu conjunto, ainda se mantêm amplamente heterogêneas” (p.25).

3.3 A vida social são-joanense e suas rivalidades

Um dos fatores de grande importância para o desenvolvimento deste artigo é o fato de o objeto em questão se tratar de uma cidade pequena, tendo hoje não mais que 27.000 habitantes⁵, carregando, portanto, um aspecto da vida social que difere consideravelmente das cidades grandes ou metrópoles: o da pessoalização, que condiciona de maneira fundamental os contextos sociais, marcados por alto grau de proximidade (Caniello; Soárez, 1989 apud Caniello, 1998).

Esse panorama dilui, até certo ponto, os ímpetos de conflito nesse organismo onde “todos se conhecem”, denotando um caráter de integração e pessoalidade de tal sociedade. Dessa maneira, os conflitos nessa cidade se manifestam de uma forma específica - as “rivalidades de base faccional” (Landé, 1977 apud Caniello, 1998) - que tem o poder de fornecer, em um cotidiano tão integrado e aparentemente sem divisões, o sentimento de pertencimento a um ou outro grupo relacionado a algum aspecto específico da vida social.

Em São João Nepomuceno, as rivalidades desse tipo marcam três aspectos da vida da cidade: a política, o carnaval e o futebol (Caniello, 1998). Na política, a cidade se dividia desde a República Velha entre duas diferentes facções do Partido Republicano Mineiro (PRM). Essas facções se originaram a partir das querelas sobre a sucessão na liderança do partido, após a morte do antigo chefe, o coronel José Braz de

⁵ IBGE, população estimada em 2020 de 26.447 habitantes. População segundo o censo de 2010: 25.057 hab.

Mendonça. A sucessão natural seria seu filho, o Dr. Pércles de Mendonça, a contragosto do antigo aliado do Cel. José Braz, José Henriques Pereira Brandão. Esse processo levou à consolidação de dois partidos locais dentro do PRM, os *periclistas* e os *dissidentes*, bem como, uma rivalidade entre os jornais apoiadores de cada facção, o *Voz do Povo* e *A Cruzada* (Caniello, 1998), marcando para sempre as disputas políticas na cidade.

No carnaval, a rivalidade é testemunhada de diferentes formas ao longo do tempo. No início do século XX, com a tradição dos clubes carnavalescos, o grande clube de São João, o *Filhos do Inferno*, sofre uma divisão interna entre seus diretores, o que leva à fundação daqueles clubes que marcariam a grande rivalidade carnavalesca na cidade, o *Trombeteiros de Momo* e o *Democráticos* (Caniello, 1998). Essas agremiações disputaram ao longo das décadas quem fazia os melhores carnavais de clube, que eram realizados em suas respectivas sedes, localizadas na antiga praça do Rosário, uma de frente para a outra.

A respeito dessa rivalidade é importante trazer o ingrediente da divisão de classes aqui testemunhado, uma vez que o *Democráticos* era o “rival institucionalmente consolidado que contava com a ajuda financeira da elite cafeeira e dos proprietários da CFTS” (Caniello, 1998, p.3), ou seja, o clube que representava a elite são-joanense, enquanto o *Trombeteiros* era o clube das classes médias, dos imigrantes italianos e também adotado pela família Sarmiento (Pontes, 2017).

As classes populares, as populações negras e mestiças, não estavam representadas entre esses dois clubes que ocupavam o espaço central da cidade e dominavam a “vida social” do carnaval. Esses grupos tinham agremiações próprias, como o *Rancho dos Fenianos* e o *Rancho Colar de Pérolas* (Caniello, 1998) e, geralmente, se organizavam em blocos nos carnavais de rua, fora dos clubes. Posteriormente, a rivalidade do carnaval de clubes se enfraquece e dá espaço a uma nova rivalidade, marcada pela proeminência das escolas de samba na década de 1970, a *Esplendor do Morro* e a *Avenida Carlos Alves*, que incrementam essa acumulação de rivalidades faccionais que caracterizam a cidade.

Finalmente, no futebol, a rivalidade ocorre em dois momentos. Um primeiro momento é a partir de 1918, com a fundação de dois clubes nesse mesmo ano, o *Mangureira F.C.* e o *Operário F.C.*, que marcam a rivalidade até os anos 1950, quando surge uma outra maior e mais conhecida, a partir da organização de jogos nos fins de semana entre o já mencionado Mangureira e o *Botafogo F.C.*, fundado em 1937. Vale destacar as origens do Operário, uma vez que sua história está diretamente ligada à tradição industrial que a cidade construiu a partir das primeiras décadas do século XX. O clube possuía uma relação muito próxima com a fábrica de tecidos, tanto pelo fato de seu nome homenagear a classe trabalhadora da indústria, como pela proximidade de seus afiliados com os diretores da CFTS (Sjnhistoria, 2018).

Essa proximidade era também física, uma vez que, desde sua fundação, tudo indica que sua sede social funcionava nos fundos da fábrica, juntamente com outras agremiações operárias e sindicais (Sjnhistoria, 2018), até a mudança para sua atual sede nos anos 1970, localizada próximo a bairros operários tradicionais.

A acumulação de sentimentos de pertencimento e identidade de grupos em diversos setores da vida social marcam de maneira importante essa cidade e, apesar de cada um desses sentimentos ter tido seu auge em alguma época específica, eles continuam fazendo parte da memória coletiva do grupo, seja pela manutenção das tradições nas famílias, seja pela arquitetura das sedes sociais dessas agremiações, que ainda estão preservadas no centro da cidade.

4. DISCUSSÃO PARA ALÉM DAS RIVALIDADES

Uma vez exposta a maneira como se manifesta a tradição das rivalidades faccionais sob o ponto de vista antropológico visto em Caniello (1998), complementa-se o acervo de ferramentas para entender esta comunidade a partir da maneira como estão assentados os grupos sociais e compreender a origem das assimetrias e desigualdades que os espaços de reprodução da vida apresentam entre si. Isso se torna possível pela compreensão do histórico de expansão econômica e urbana da cidade e as razões para a dilatação da malha urbana. A partir do entendimento de que a evolução da economia industrial e do trabalho se deu de modo desigual em termos espaciais, é necessário confirmar esse processo em seu perfil atual, pelas diversas formas que o fenômeno da segregação dos grupos humanos pode ser visto.

Três aspectos podem ajudar a compreender essa dinâmica dos diferentes territórios na cidade de São João: o primeiro refere-se ao caráter econômico, assentado na dinâmica da renda e das relações de trabalho, que se manifesta pela distribuição dos territórios por classes sociais. O segundo é a distribuição racial, facilmente visível no período pré-moderno, diante de uma estrutura escravocrata na qual a raça era preponderante. A questão étnica e como ela se apresenta espacialmente no território consiste num elemento indispensável para o entendimento da cidade moderna. O terceiro é a distribuição dos grupos religiosos e as diversas maneiras que ela pode auxiliar na leitura da segregação social e do perfil da atuação do Estado no espaço urbano em São João Nepomuceno

4.1 Classes sociais

A economia moderna de São João Nepomuceno é inaugurada a partir da implantação da indústria têxtil e da composição de sua força de trabalho em torno de suas atividades. À medida que a economia se expande, são necessárias as expansões dos espaços de moradia destinados à força de trabalho da indústria, sendo esse fenômeno responsável diretamente por moldar a malha urbana e suas características. A crise da indústria têxtil e concorrências mundiais levam à adaptação de sua economia rumo a um perfil mais heterogêneo, cenário de uma indústria voltada à produção de roupas e uma ampla variedade de serviços, que acabam por surgir na esteira desta atividade principal.

Adapta-se a economia e, por fim, adapta-se também a força de trabalho, que, diante do cenário mundial e nacional da concorrência nesse ramo da indústria, tem parte de seu contingente levada à informalidade, fenômeno que se reflete espacialmente pela pulverização dos espaços de produção e precarização dos espaços de moradia de parte da classe trabalhadora.

Todo esse processo levou a força de trabalho da cidade a um perfil específico, nos dias atuais, e é importante que sua composição seja, neste momento, colocada em destaque. Com uma população estimada atualmente em 26.361 habitantes⁶, conforme já mencionado, cerca de metade desse total corresponde à sua população economicamente ativa, 13.155 habitantes. Por outro lado, o número de sua população ocupada é de 6.380, atingindo quase 50% da população economicamente ativa (PEA)⁷, um quarto da população total, aproximadamente.

A questão da informalidade fica diluída nesse meio, uma vez que a população que possui algum tipo de remuneração ou relação de trabalho é maior do que é chamado de população ocupada. Conforme o mesmo censo, o município possui cerca de 400 empregadores, 2.560 trabalhadores por conta própria e 9.200 empregados, somando 12.160, número quase equivalente ao total da PEA.

O número que é similar à população ocupada está no contingente de trabalhadores com carteira assinada, cerca de 6.640. Um fato de grande importância revelado pelos números é que o setor da indústria de transformação emprega cerca de 4.200 pessoas, uma parcela muito significativa da força de trabalho, independente da condição em que se encontra o trabalhador, o que reforça a ideia de São João Nepomuceno como uma cidade efetivamente industrial.

Os dados do sindicato local das indústrias do vestuário⁸ revelam que o número de funcionários da indústria de roupas em São João é de cerca de 8500 trabalhadores, formais e informais, o que ajuda a reforçar o que é esse setor para a cidade. A grande revelação desse número, no entanto, está no tamanho da parcela da informalidade ligada ao vestuário, uma vez que o total de funcionários do setor é maior do que o contingente de trabalhadores com carteira assinada de todas as atividades do município somadas. O segundo setor que mais emprega na cidade é o do comércio, cerca de 2.000 pessoas, seguido pela indústria da construção civil, com cerca de 1.000 trabalhadores⁹.

A evolução urbana em São João, desde os bairros pioneiros até os processos mais recentes de assentamento, teve como base a dicotomia do capital e do trabalho, associando com frequência o fenômeno

⁶ IBGE, população estimada do município em 2019.

⁷ População ocupada: o contingente que tem algum trabalho, podendo ser remunerados ou não, empregadores, empregados ou exercer trabalho por conta própria. População economicamente ativa; o contingente potencialmente disponível de mão-de-obra para os diversos setores da economia.

⁸ Sindicato das indústrias de vestuário de São João Nepomuceno, números de 2019.

⁹ IBGE, números do censo de 2010.

urbano com a localização dos espaços de reprodução das classes sociais e dos trabalhadores, o que faz sentido por se tratar de um fenômeno de urbanização moderno, impulsionado pela presença da produção industrial e das relações salariais de trabalho, na perspectiva de uma sociedade composta de patrões, empregados e uma entidade estatal reguladora. Assim, a descrição dos territórios urbanos ao longo das décadas levou em conta, primordialmente, a classe social para a qual se destinavam tais espaços, trazendo, desta forma, o bairro como palavra-chave para o entendimento da segregação.

A leitura que se faz da classe no território é, na perspectiva das relações salariais, a leitura da renda das famílias no espaço, o que leva, conseqüentemente, aos demais fatores necessários ao entendimento dos diferentes territórios e suas desigualdades, tais como o terreno, a forma de implantação, a tipologia, a qualidade e o tamanho das unidades de habitação. Uma forma de agrupar todos esses fatores para possibilitar o mapeamento da desigualdade e da segregação nessa perspectiva da classe e do trabalho, atualmente, é a diferença nos valores do tributo predial e territorial cobrados pelo poder público municipal.

Torna-se possível, portanto, confirmar o percurso histórico da desigualdade entre os assentamentos em São João, que se caracterizou pela tendência de implantação dos territórios dos estratos de baixa renda a oeste, em um primeiro momento, e depois ao norte; e os redutos das classes médias e altas na região central, a leste e sul (Figura 2).

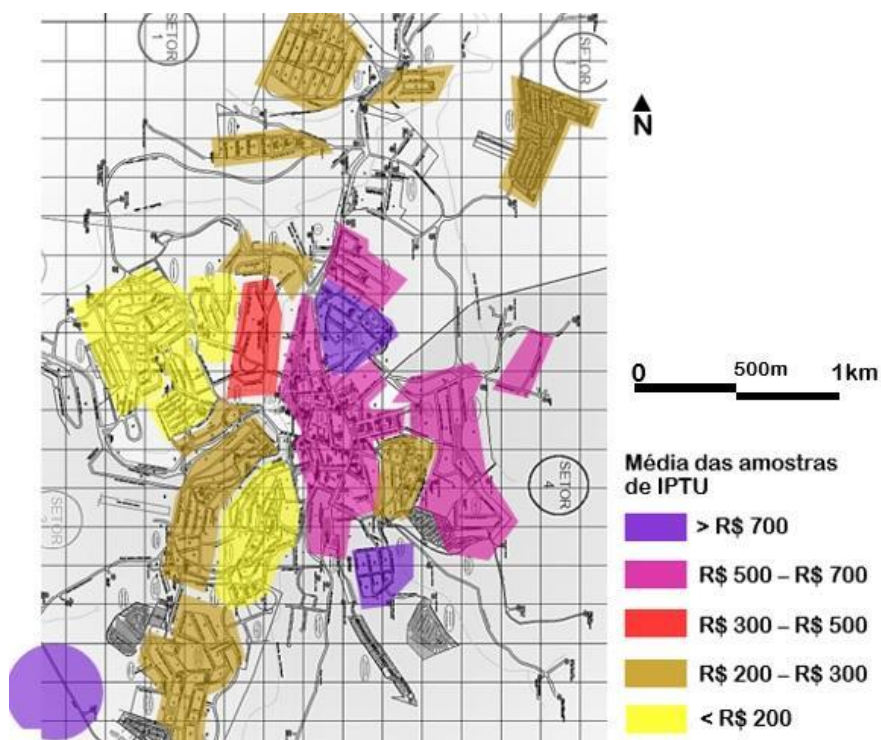


Figura 2 - Amostras de valor do IPTU por bairro
Fonte: Prefeitura municipal de São João Nepomuceno. Julho de 2020

As amostras dos valores do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) das residências por bairro traduzem alguns fatores relevantes de desigualdade entre os territórios e caracterizam bem a fragmentação dos assentamentos e dos grupos sociais. Primeiramente, uma divisão clara entre o setor oeste e o setor leste, o primeiro como espaço por excelência dos setores de baixa renda e o segundo como redutos das classes médias.

Em segundo lugar, o centro da cidade como um território valorizado e, portanto, de mais difícil possibilidade de moradia para as camadas salariais mais baixas, o que reforça uma diferença de territórios por classe de um lado e do outro daquelas que foram chamadas de fronteiras sociais, o córrego e o leito da antiga ferrovia. Os bairros ao norte não contíguos à malha urbana principal como lugares de reprodução também das classes mais baixas, e um bairro não contíguo a sudoeste como um dos espaços de segregação das classes mais altas.

Os bairros a oeste do centro se confirmam, permanentemente, ao longo do tempo como os bairros populares, assim como, os grandes conjuntos habitacionais planejados e desenhados pelo Estado. Não há a certeza da existência de uma dinâmica de bairros segundo profissões específicas, mas, certamente, indica os bairros mais pobres a oeste e norte como moradia dos trabalhadores das confecções e facções ou determinados ramos menos qualificados do setor de serviços.

Outro fator que expõe a problemática da distribuição de renda no espaço urbano em questão é a incidência desigual das famílias em situação de extrema pobreza, com uma forte tendência à concentração em bairros específicos, a oeste e norte. Em duas regiões, a presença da vulnerabilidade social é bastante notada: na faixa a oeste e nos dois bairros do setor norte¹⁰, que pode ser observada na Figura 03.

¹⁰ Números do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em São João Nepomuceno, 2018.

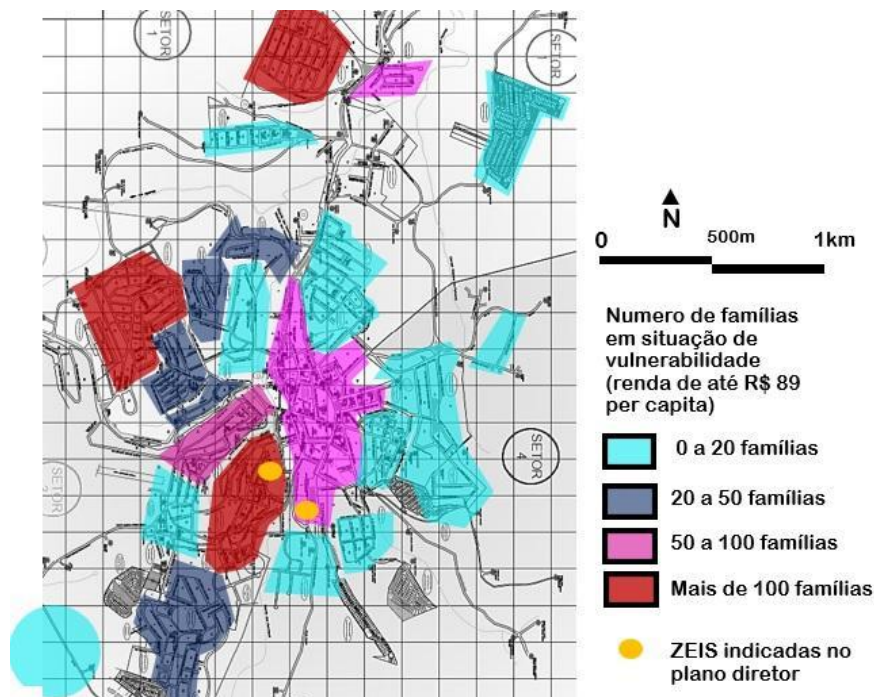


Figura 3 - Número de famílias em vulnerabilidade por bairro

Fonte: Elaborado pelo autor. Centro de Referência de Assistência Social (SJN); plano diretor. 2020.

A violência constitui um elemento que chama a atenção para o fato da segregação residencial e para as distorções produzidas pela assimetria do processo de formação do espaço urbano. Pode ser vista como uma das formas de socialização da deseconomia de aglomeração (Singer, 1987) que pesa mais sobre os territórios urbanos das camadas sociais de menor renda e está ligado fortemente à distribuição da força de trabalho no espaço da cidade.

A intensificação da violência urbana a partir de novas formas constituiu fenômeno similar entre as cidades brasileiras nos anos 1980, quando a soma dos fenômenos de crise do Estado desenvolvimentista e internacionalização do comércio de drogas produziu a ausência do Estado, desemprego e, sobretudo, o preenchimento das lacunas sociais nas periferias por outras instâncias paralelas, como o tráfico (Maricato, 1996).

Em São João Nepomuceno, esse período foi marcado pelo advento de novas condições econômicas, como o nascimento da indústria do vestuário, que foi precocemente pressionada pela concorrência poderosa dos produtos asiáticos, levando a rede de produção local a um processo de flexibilização das relações de trabalho e segmentação das etapas de produção, cuja parcela considerável está ligada às facções e ao trabalho doméstico.

Uma vez iniciada uma nova rodada de estruturação da produção, uma expansão paralela na malha urbana ocorre com o advento de novos espaços de reprodução na forma de conjuntos habitacionais. Em meio a esse fenômeno de expansão urbana e precarização paulatina do trabalho fabril, o fator de crise social já

descrito em escala nacional acaba por encontrar campo fértil para se manifestar, em meio ao desemprego e à ausência do poder público. Surge, portanto, nessa pequena cidade, a atividade de facções vinculadas ao tráfico de drogas, que se estabelece nos territórios mais vulneráveis, restritos ao setor oeste da cidade.

De modo similar às cidades maiores, a autoridade paralela deflagrada pelas instâncias do tráfico nessas regiões acaba levando a um tipo específico de intervenção do poder público, marcado pelas operações policiais. Essas atividades feitas recorrentemente pelo Estado levam a uma condição de tratamento desses territórios como uma espécie de “áreas a serem controladas”, tanto pela administração como pela opinião pública de modo geral.

Geralmente se vê, nos portais de notícias, a descrição das operações policiais como atividades para “combate ao tráfico e à marginalidade no município” ou “abordar os dois bairros que tem ocasionado problemas constantemente”, “objetivando assim uma rápida resposta à sociedade ordeira e a busca da restauração da tranquilidade pública” (Sjonline, 2015). Soma-se ao caráter sistemático do controle policial a violência gerada pelos conflitos entre as facções de ambos os bairros.

Esse componente da violência carrega o lado efetivo da segregação, uma vez que esse quadro de controle policial e atividade de gangues ligadas ao comércio de drogas é praticamente restrito aos setores a oeste, marcados pela precariedade, baixa renda, violência e presença seletiva do poder público. Além de acentuar a segregação física entre os segmentos da cidade, traz também o componente simbólico da estigmatização por alguns grupos dessas áreas, vistas como locais violentos, problemáticos e que devem ser vigiados pela polícia para a manutenção da ordem.

4.2 Distribuição racial

Conforme aponta Pontes (2019), a São João imperial era caracterizada pela diferença entre o morro da Matriz, ocupado pela aristocracia do café, e a região do Rosário, habitada pelos escravos urbanos, numa divisão de territórios fortemente marcada pela raça, com um alto nível de homogeneidade no interior de cada um dos espaços em questão. Com a mudança do perfil econômico e a alteração das relações de trabalho que trouxeram, gradualmente, novos contingentes populacionais do campo para a cidade, a tendência foi de diluição do fenômeno de segregação pela raça, uma vez que agora o negro, embora ainda mais marginalizado que os demais, passava a ser mais um entre os muitos trabalhadores assalariados, que constituíam, a partir do início do século XX, um grupo social mais diversificado do que o antigo sistema escravocrata.

A segregação da São João moderna, como já mostrado, é caracterizada muito mais pelo assentamento planejado dos trabalhadores da indústria têxtil, instalados em vilas operárias ou conjuntos habitacionais, do que uma separação institucional sob o primado da raça. A consequência dessa segregação é a constituição de

territórios pobres, em grande parte de maioria preta ou parda¹¹, mas não exclusivamente compostos por grupos definidos pela etnia.

A disparidade entre os grupos étnicos é revelada pelos números relacionados à demografia, mas sobretudo pelos números do trabalho em São João. A composição racial do município em 2010 era de aproximadamente 56% de sua população autodeclarada branca, 28% parda e 14% preta. Dos mais de 9.500 trabalhadores que atuam como empregados, cerca de 5.000 são autodeclarados brancos, 2.400 são pardos e 1800 são pretos, numa porcentagem proporcional àquela da população total. A disparidade aumenta quando se leva em conta os números dos empregadores, onde, de 402, 329 são brancos, correspondente a 82% do total.

O mesmo fenômeno é visto nos números das camadas salariais. Do número total de autodeclarados brancos residentes em domicílios particulares, aproximadamente 55% tem rendimento de até um salário mínimo, enquanto essa parcela entre pardos é de 73% e entre pretos é de 77%. Os números nos extratos mais altos aprofundam essa assimetria, uma vez que o número de residentes brancos em domicílios particulares com rendimento acima de 3 salários mínimos é de 1.320 pessoas, mais de oito vezes maior que os 156 pardos e sessenta e seis vezes maior que os 20 pretos na mesma faixa¹².

O que se pode revelar com esses dados é a existência de uma pobreza racialmente heterogênea com uma proporção importante de pretos e pardos e um setor de média e alta renda dominado por uma parcela amplamente majoritária de brancos. Essa configuração da população pelos extratos de renda e perfil étnico exibido nos números encontra bastante similaridade com o perfil da distribuição racial no espaço urbano em São João (Figura 4).

¹¹ Pretos e pardos são dois dos cinco grupos de cor ou raça que compõem a população brasileira segundo o IBGE, juntamente com os brancos, os indígenas e os amarelos.

¹² IBGE, números do Censo de 2010.

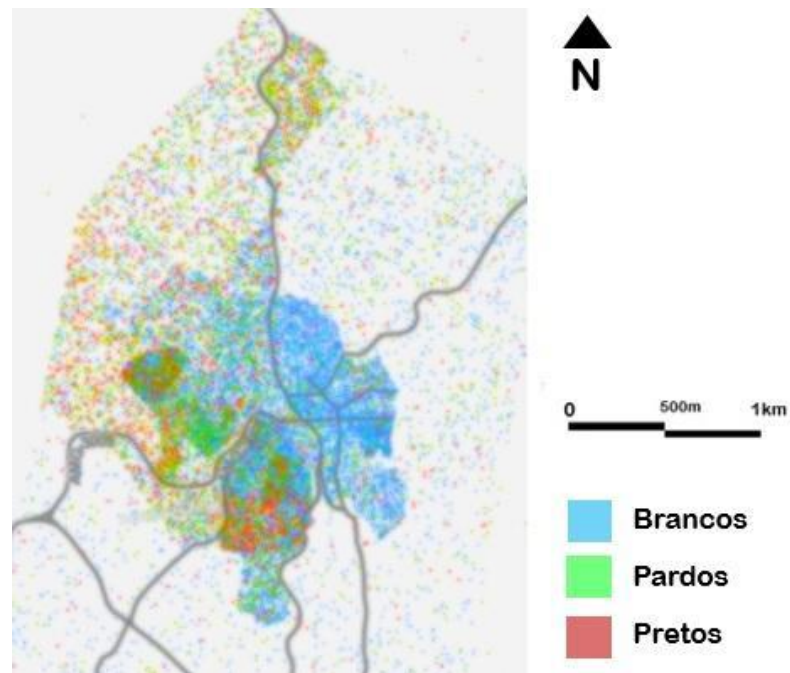


Figura 4 - Georreferenciamento dos dados raciais do IBGE
Fonte: Pata Data, 2018.

A distribuição racial na cidade é marcada pela presença de áreas mais homogêneas e outras regiões que tendem a uma composição mais heterogênea. A área central da cidade e os bairros a leste concentram uma população autodeclarada branca de forma bem marcada, constituindo um setor cujas divisões internas são bastante homogêneas e com composições similares entre si, o que dilui a divisão entre o centro e os bairros a leste. Algumas áreas a oeste também apresentam tal composição. As regiões a oeste, em contrapartida, apresentam perfis bem mais diversificados, tanto na composição interna de cada bairro quanto na relação entre eles. O principal fenômeno que chama atenção é a convergência entre os números do perfil racial e o que ocorre no espaço urbano em questão.

Os setores populares, locais de reprodução das camadas de baixa renda, marcados pela presença de conjuntos habitacionais construídos a oeste e norte apresentam diversidade racial, evidenciando heterogeneidade no perfil da classe trabalhadora. Os setores da classe média localizados no centro, a sul e a leste são predominantemente brancos. Isso revela um fato importante na maneira como se manifesta a desigualdade racial nesse caso e, também, no Brasil: a pobreza não é exclusivamente preta e parda, mas o bem-estar social e o melhor acesso a bens e serviços parece ser exclusivamente branco, o que mostra, de certo modo, a rigidez da mobilidade social por parte das populações pretas e pardas, fruto de fatores sociais e históricos, tal como a escravidão.

Essa coincidência do fator racial com a distribuição da renda leva o caso estudado em direção a uma modalidade de segregação mais convergente com o que foi abordado por Wacquant para a periferia francesa,

onde as áreas de moradia das populações amplamente desfavorecidas, por mais que se verifique uma concentração importante de pretos e pardos, tendem a apresentar um perfil mais heterogêneo que as demais, divergindo da lógica do gueto, cuja concepção primordial se dá pela cor (Wacquant, 2008). O que indica, para São João, a problemática da assimetria entre os grupos raciais é o fato das populações pretas e pardas não estarem nos espaços mais valorizados e de maior renda.

Um método pertinente de evidenciar essa coincidência de renda e etnia e, ao mesmo tempo, medir o quão homogêneas são cada uma das partes em seu interior é pelo esquema de áreas sociais elaborado por Shevky & Bell, no qual podem se sobrepor, em cada compartimento estudado, cada um dos fatores, chamados de “urbanização” para o perfil familiar, “segregação” para homogeneidade racial, e “área social” para a renda (Castells, 1983)¹³. Para o caso em questão, os fatores a serem sobrepostos são as “áreas sociais” com a “segregação”, o que permite mapear essas diferenças territoriais de modo mais amplo (Figura 5).

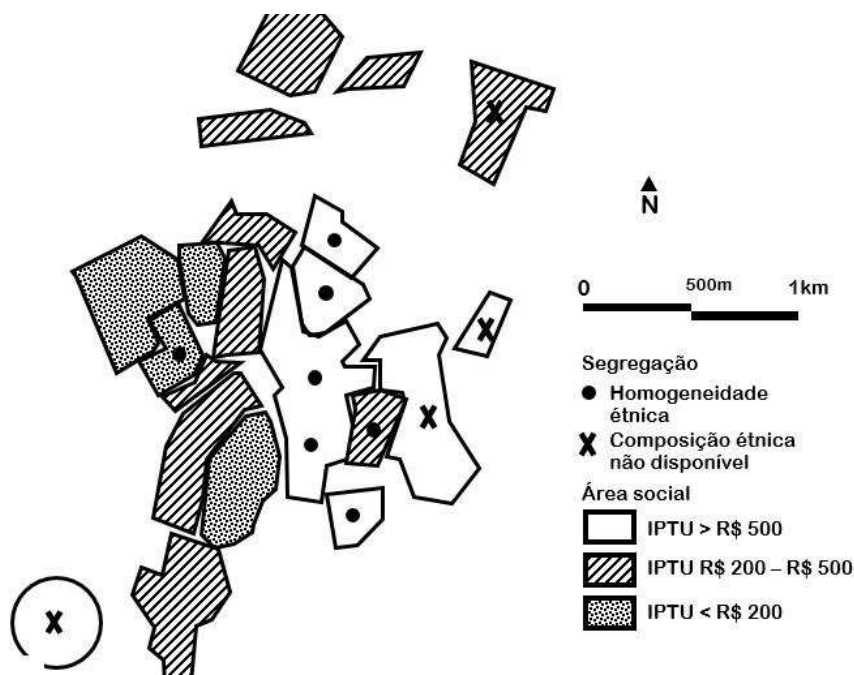


Figura 5 - Aplicação das “áreas sociais” para São João
 Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

As áreas racialmente homogêneas se confirmam como aquelas situadas a leste e com população que se autodeclara branca. A compatibilidade dos bairros que são de renda média ou alta com aqueles de população amplamente branca é quase perfeita. A maioria dos demais bairros que se apresentaram de renda média ou baixa apresentam perfil racial misto, com diversas combinações possíveis, seja com as três categorias, seja

¹³ Uma vez sobrepostos os três aspectos das “áreas sociais”, torna-se possível elaborar um ranking social, identificando as áreas de maior marginalidade ou vulnerabilidade. A leitura da segregação se torna mais completa frente aos esquemas sociais da Escola de Chicago, como Burgess ou Hoyt.

uma população predominantemente branca e parda, ou com a população preta e parda¹⁴. Mesmo com as especificidades internas de cada bairro, o perfil que se confirma é o que já foi percebido: uma divisão entre territórios predominantemente brancos a leste e sul com renda mais alta e territórios racialmente mistos e de renda mais baixa a oeste e norte.

4.3 Distribuição segundo a religião

Além da questão étnica, outro fator que pode contribuir para evidenciar aspectos da organização dos grupos sociais segundo a localização é o aspecto da religião. A abrangência e o poder da igreja romana é fator social importante para se entender a história do Brasil, marcada pelo precedente da colonização do país por Portugal, uma das grandes monarquias europeias de laços estreitos com a tradição católica ocidental. Isso contribuiu para a formação de uma sociedade brasileira também vinculada ao catolicismo, religião que foi considerada oficial do país até a promulgação da constituição republicana de 1891.

O contexto majoritariamente católico no Brasil começa a diluir a partir da virada do século XIX para o XX, com a chegada de imigrantes e, portanto, de novos modos de exercer a fé, entre eles o protestantismo. Como esse termo é bastante abrangente, é importante, para o estudo, fazer uma abordagem das suas subdivisões. As expressões protestante e evangélico, no caso latino-americano, possuem o mesmo significado, e abarcam desde as religiões cristãs surgidas a partir do século XVI, como o calvinismo, luteranismo ou o metodismo, movimentos protestantes chamados de históricos, até a ramificação mais recente desses mesmos movimentos, surgida no início do século XX e denominada pentecostal (Mariano, 2014).

Presentes no território nacional desde 1910, portanto mais recentes que as pioneiras históricas, já estabelecidas no Brasil há mais tempo, as vertentes pentecostais se originaram a partir de três ondas: a primeira em 1910, a segunda na década de 1950 e a terceira nos fins da década de 1970, esta última chamada de neopentecostal.

Embora possua diferenças teológicas em seu interior, o ponto que torna o debate sobre o pentecostalismo um elemento a contribuir para entendimento da questão das classes sociais se revela desde o início desse movimento, na primeira onda “composto majoritariamente por pessoas pobres e de pouca escolaridade, discriminadas por protestantes históricos e perseguidas pela Igreja Católica” (Mariano, 2014, p.29), na segunda onda, algo que atraía “milhares de indivíduos de estratos mais pobres da população, muitos dos quais imigrantes nordestinos” (2014, p.30), e na terceira onda, boa parte dos fiéis “esmagadoramente pobres, pouco escolarizados e, por isso, mais suscetíveis às agruras do desemprego” (p.59-60).

¹⁴ Não foi possível, por meio do georreferenciamento dos dados do IBGE, visualizar o perfil racial de alguns bairros, destacados da malha urbana principal.

Existe, portanto, uma relação importante entre pentecostalismo e pobreza, e essa relação possui sua fonte no conteúdo do discurso das igrejas pentecostais a seus fiéis, no contexto econômico-social brasileiro e na gradual diminuição da presença do Estado nas periferias urbanas ao longo das décadas. As denominações pentecostais se tornam, desta forma, uma instituição que, muitas vezes, exerce o papel de suporte social nas áreas desfavorecidas, com respostas mais imediatas a pessoas com dificuldade socioeconômica.

Com o propósito de superar precárias condições de existência, organizar a vida, encontrar sentido, alento e esperança diante de situação tão desesperadora, os estratos mais pobres, mais sofridos, mais escuros e menos escolarizados da população, isto é, os marginalizados - distantes do catolicismo oficial, alheios a sindicatos, desconfiados de partidos e abandonados à sua própria sorte pelos poderes públicos - têm optado voluntária e preferencialmente pelas igrejas pentecostais. Nelas, encontram receptividade, apoio terapêutico-espiritual e, em alguns casos, solidariedade material (Mariano, 2014, p. 12).

A grande expansão das religiões evangélicas no Brasil desde o fim da década de 1970 se confirma pelos números mais recentes a respeito da crença dos brasileiros. De acordo com pesquisa de 2020¹⁵, 50% dos brasileiros são católicos, 31% evangélicos, 10% não possuem religião, 3% é espírita e 2% de religiões de matriz africana. A expansão do protestantismo pode ser notada ao comparar os números atuais com o contingente de 9% de evangélicos no Brasil em 1990 (Mariano, 2014). Cerca de 60% dos 42 milhões de evangélicos são pentecostais e 20% pertencem às religiões tradicionais. A maior parcela dos evangélicos, cerca de 60%, se autodeclara preta ou parda. Esse fator religioso constitui, portanto, mais um revelador das assimetrias urbanas ligadas primordialmente à divisão de classes.

Visando traçar um caminho que leva até ao panorama atual da distribuição da religião em São João, é importante expor alguns números do contexto local e resgatar alguns fatos históricos sem os quais não é possível realizar tal estudo. Apesar da ascensão das igrejas evangélicas em âmbito nacional, o panorama religioso em São João permanece com uma maioria católica mais expressiva. Aproximadamente 75% da população é católica, diante de 18% de evangélicos e 2% de espíritas. Entre os evangélicos, embora haja uma parcela considerável que não determina o subgênero a que pertence, o número dos adeptos das igrejas pentecostais, cuja igreja mais representada é a Assembleia de Deus, é quase três vezes maior do que as igrejas missionárias¹⁶ batista e metodista.

Em relação às camadas salariais, a proporção entre católicos e evangélicos é equilibrada, diminuindo a proporção de evangélicos à medida que os salários aumentam. Até um salário mínimo, a proporção é de 76% e 24% respectivamente. Na camada de 3 a 5 salários mínimos, essa relação passa para 82% e 18%. O número mais revelador está na relação entre os evangélicos. 80% dos protestantes da camada até um salário mínimo

¹⁵ Pesquisa realizada pelo Datafolha, 2020.

¹⁶ O IBGE classifica como missionárias as igrejas protestantes históricas (Mariano, 2014), como a batista e a metodista.

são pentecostais, enquanto nas camadas de salário mais altas a proporção é de 50%. Entre os católicos 41% se autodeclara preto ou pardo, enquanto essa proporção entre os evangélicos é de 47%¹⁷.

Dentro de uma perspectiva histórica, a pedra fundamental do antigo arraial colonial em 1815 está na base da antiga capela onde hoje está localizada a igreja Matriz da cidade (Pontes, 2019), fato que coloca em evidência a relação das famílias fundadoras com a religião católica, cujo edifício símbolo é a célula-máter desse organismo urbano. Com a incorporação dos novos bairros ao longo do tempo, ocorreu a implantação de pequenas capelas em cada um, de modo a facilitar o exercício da religião nas áreas de moradia mais distantes. Assim como a igreja católica, o mesmo movimento ocorreu com a igreja evangélica, que anteriormente possuía um exemplar da igreja Metodista no centro da cidade.

A velocidade que os templos de igrejas protestantes se espalharam está relacionado à abrangência cada vez maior que esse setor do cristianismo alcançou na sociedade, sobretudo a partir de 1980 (Mariano, 2014). Tão importante quanto a velocidade da expansão das igrejas evangélicas, o que mais revela seu movimento como um fenômeno social ligado, em grande medida, às classes de renda mais baixas, são os territórios no espaço urbano de São João onde essa expansão foi mais visível (Figura 6).

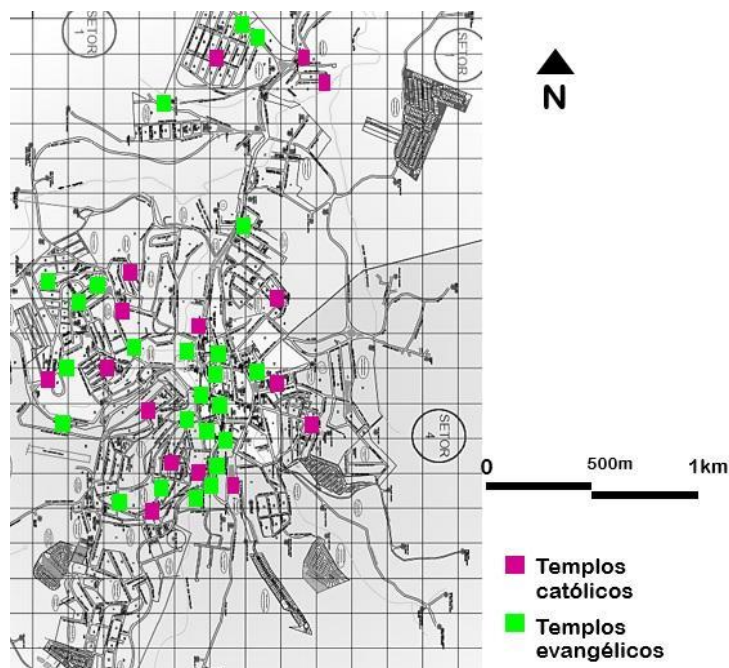


Figura 6 - Distribuição das igrejas católicas e evangélicas
Fonte: Google Maps; Arquidiocese de Juiz de Fora, 2020.

Existe, portanto, uma diferença entre a forma como se distribuem os templos católicos e evangélicos na cidade, o que indica a maneira como cada grupo religioso se situa territorialmente. As igrejas e capelas

¹⁷ IBGE, números do Censo de 2010.

católicas têm uma presença mais equilibrada na malha urbana, numa lógica uniforme, de modo a cada bairro constituir uma paróquia, sendo o templo uma espécie de marco visual ou ponto de referência que define o centro do bairro, quase sempre em frente a uma pequena praça local.

Os templos evangélicos, por outro lado, estão presentes de forma mais assimétrica, maior diversidade de tipologias e, sobretudo, em maior número. Chama a atenção, em primeiro lugar, a concentração de igrejas na região central. São, na maior parte das vezes, as igrejas centrais de cada denominação. Estão instaladas, de modo geral, em espaços de loja ou edifícios comerciais adaptados. Fora do centro, as igrejas evangélicas estão presentes, quase exclusivamente, nos bairros a oeste e norte, onde estão difundidas as unidades menores de cada igreja, em número menor ou maior.

Assim como no fator racial, não há aqui a lógica do bairro composto somente por evangélicos, uma espécie de “gueto” religioso. Na maioria dos bairros mais pobres, nota-se uma composição heterogênea, com a presença tanto de igrejas católicas como evangélicas, uma vez que, como já abordado, a cidade possui uma população católica majoritária. O que evidencia a distribuição assimétrica dos evangélicos, localizados, de modo geral nos bairros de renda mais baixa, é a ausência de seus templos na parte leste e sul da cidade.

5. CONCLUSÕES

Diante dos elementos pesquisados, é plausível a consideração de que a malha urbana em São João Nepomuceno se configurou como um elemento setorizado, com a distribuição das camadas de baixa renda preponderantemente a oeste e norte e a classe média no sul e leste. Além do perfil econômico, outras ferramentas de leitura da segregação foram expostas, tais como a raça e a religião. Constatou-se a presença de autodeclarados brancos em todos os territórios, mas uma localização de pretos e pardos praticamente restrita aos bairros de baixa renda a oeste e norte. Com a religião viu-se fenômeno similar, com uma abrangência da instituição católica equilibrada em todos os lugares, mas uma quase restrição das igrejas evangélicas aos espaços de baixa renda.

O que se viu, pela pesquisa, foi a existência de duas São João Nepomuceno, uma ao lado da outra, mas com características muito diferentes. De um lado um circuito popular, de baixa renda e precarizado, que sofre as agruras do controle policial cotidiano, possui composição bastante diversificada em termos raciais e religiosos e é marcado pela existência de áreas de grande vulnerabilidade social. Do outro lado, o circuito da classe média, quase em sua totalidade branco e católico. O maior mal da existência desses dois polos está no fato de que a vida no interior de tais territórios segregados inibe a experiência da convivência com a diferença, impedindo a constatação das outras realidades e dos problemas sociais inerentes a esse cotidiano e, ao mesmo tempo, invisíveis para uma parcela dessa sociedade.

Analisando o fenômeno de fragmentação territorial que ficou evidenciado nessa cidade ao longo da pesquisa, complementou-se a noção exposta por Caniello (2003) a respeito das divisões sociais existentes na cidade, baseadas nas “rivalidades de base faccional”. Expondo as problemáticas sociais e desigualdades territoriais refletidas na dinâmica espacial, tentou-se contribuir para diluir mais profundamente a visão da cidade de pequeno porte como um elemento urbano pouco diverso ou um lugar onde todos se conhecem.

Para além da criação de agremiações sociais com o objetivo de estabelecer relações de pertencimento a grupos específicos no futebol ou no carnaval, numa espécie de fragmentação voluntária no interior dessa pequena sociedade, tentou-se mostrar aqui que outra fragmentação se estabeleceu também a partir de uma dinâmica econômica estrutural, que desenvolveu, ao longo das décadas, uma “colcha de retalhos” composta por territórios diversificados e suas respectivas classes sociais. Como complemento à divisão de grupos por meios das afiliações aos clubes, que, sem dúvida são um importante traço desta sociedade, o que se expôs neste trabalho foi uma divisão mais abrangente e complexa, que se traduz na exclusão ou na dificuldade de acesso de diversos segmentos sociais a essas mesmas afiliações faccionais, de caráter mais exclusivo e simbólico.

A despeito dos intercâmbios sociais inerentes às sociedades urbanas e que não podem ser desconsiderados, existe, em meio a esse mosaico de bairros, diferenças profundas de modos de vida e realidades sociais que revelam o pertencimento, por parte dos moradores de cada território, a um grupo social determinado, com valores e identidades próprias. Assim como há aquele que vive nos círculos sociais do centro da cidade ligados às classes médias, há também, como se viu, a periferia da cidade pequena, muitas vezes descontextualizada deste círculo central, com atividades e relações sociais específicas. Embora de grande importância, essa divisão social estrutural, manifestada, conforme exposto, por meio de inúmeros aspectos, permanece invisível ou obliterada pelo senso comum na cidade, e torná-la visível foi o maior objetivo desta pesquisa.

6. REFERÊNCIAS

Caniello, M. (2003). O Ethos Sanjoanense: tradição e modernidade em uma “cidade pequena”. *Mana*, Vol.9, N°1, Rio De Janeiro.

Castells, M. (1983). *A Questão Urbana*. São Paulo: Paz E Terra.

Gottdiener, M. (1985) *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: Edusp.

Harvey, D. (2014). *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Martins Fontes.

Harvey, D. (1980). *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

Lakatos, E.M.; Marconi, M. A. (1995). *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Atlas.

Mariano, R. (2014). *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. 5ª Edição. São Paulo: Loyola.

Maricato, E. (2013). *Brasil, Cidades: Alternativas Para A Crise Urbana*. Petrópolis: Vozes.

Maricato, E. (1996). *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec.

Osório, R.G. (2003). O Sistema Classificatório de “Cor ou Raça” Do Ibge. Texto para discussão N°996. Brasília: Ipea.

Pontes, L. (2019). São João Nepomuceno: Dois Séculos de História. Vol. I: O Santo Padroeiro e a Fundação de São João Nepomuceno. Quinto Império: Juiz De Fora.

Quintaneiro, T. (1987). Um Toque de Clássicos: Durkheim, Marx E Weber. Belo Horizonte: UFMG, 1995.

Singer, P. Economia Política da Urbanização. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Sjnhistoria. Entrevista de Eduardo Ayupe Tamiozo a Luís Pontes, publicada no jornal Voz de São João em 14 de julho de 2018. Disponível em: <<https://sjnhistoria.wordpress.com/2018/07/26/a-historia-do-operario-em-noticias-e-imagens-uma-entrevista-com-eduardo-ayupe-tamiozo/>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

Sjnhistoria. História do Operário Futebol Clube, por Luís Pontes, publicada no jornal Voz de São João em 14 de julho de 2018, em comemoração ao centenário do clube. Disponível em:

<<https://sjnhistoria.wordpress.com/2018/07/19/avante-avante-operario-o-centenario-de-fundacao-do-auriverde-sao-joanense-1918-2018/>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

Sjonline. Operação “Contra Resposta” em São João Nepomuceno. 23 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://www.sjonline.com.br/arquivo/policial/item/3768-pm-realiza-operacao-contra-resposta-em-sao-joao-nepomuceno>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

Soldano, D.; Nonick, A.; Cravino, M. C.; Barsky, A. (2018) Pobreza Urbana, Vivenda y Segregación Residencial en América Latina. Los Polvorines: Universidad Nacional De General Sarmiento.

Wacquant, L. (2008). As Duas Faces do Gueto. São Paulo: Boitempo.